



Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO)

CONFINAMENTO BOVINO

1. Documentos Administrativos

1.1. Obrigatórios

- 1.1. Requerimento Padrão modelo SMMA/Alta Floresta-MT, assinado pelo proprietário e com firmas reconhecidas em Cartório e deverá conter e-mail, telefone do empreendedor e do responsável técnico (OBRIGATÓRIO);
- 1.2. Cópia da(s) guia(s) de recolhimento de TAXA(s) de análise devidamente quitada(s);
- 1.3. Cópia da Declaração de Uso e Ocupação do Solo, expedida pela Secretaria Governo, Gestão e Planejamento/Direção de Cidade;
- 1.4. Publicação no DIÁRIO OFICIAL do pedido de licença(s);
- 1.5. Publicação no JORNAL LOCAL do pedido de licença(s);
- 1.6. Cópia da CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR atualizada (com validade de 60 dias) ou compromisso público ou particular de compra e venda com firma reconhecida. Caso a dominialidade da propriedade seja comprovada por TÍTULO DEFINITIVO, apresentar certidão atualizada do cartório de registro de imóveis com validade de 60 dias ou compromisso público ou particular de compra e venda;
- 1.7. Caso exista CONTRATO DE LOCAÇÃO, o mesmo deverá ter firma reconhecida em cartório;
- 1.8. Apresentar comprovante da concessionária de energia (03 últimas faturas);
- 1.9. Uso da água:
 - 1.9.1. Caso a fonte de água seja de concessionária de água apresentar conta de água não superior a 30 dias);
 - 1.9.2. Caso a fonte de água seja de poço, apresentar cadastro ou licenciamento ou concessão de outorga do poço;
- 1.10. Cópia(s) autenticada(s) do RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) ou do(s) proprietário(s);



1.11. Caso o empreendimento seja representado por terceiros, apresentar PROCURAÇÃO com reconhecimento de firma em cartório, do requerente para o representante e cópia dos documentos do representante/procurador (RG e CPF).

1.1.8. Cadastro Ambiental Rural (CAR) da propriedade atualizado;

1.1.9. Apresentar o APF ();

1.2. Condicionados

2.1. Cópia do CNPJ (documento emitido na internet);

2.2. Cópia da Inscrição Estadual (documento emitido na internet);

2.3. Cópia do Alvará Municipal de Funcionamento atualizado;

2.4. Cópia do contrato social ou certidão emitida pela junta comercial (empresas por cotas limitadas – LTDA);

2.5. Cópia da ATA da última assembleia onde se definiu a diretoria, no caso das sociedades anônimas (S/A);

2.6. Cópia do estatuto social, ATA de eleição e posse da diretoria atual em caso de cooperativa, associação ou similar;

1.2.3. Caso o requerente seja representado por terceiros, apresentar procuração com firmas reconhecidas para o representante;

2. Documentos Técnicos

2.1. Outorga emitida pelo órgão competente para captação d' água em corpo hídrico;

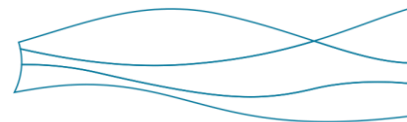
2.2. Mapa de localização ou croqui de acesso à área do empreendimento;

2.3. Mapa de situação ou carta imagem em escala 1:10.000 ou maior, com a delimitação da área do empreendimento e suas unidades, corpos hídricos e suas respectivas áreas de preservação permanente, reserva legal, ponto de captação de água de poço tubular, uso e ocupação do solo da área de entorno e vias de acesso;

2.4. Aspectos gerais (área total da propriedade e do empreendimento, quantidade de animais confinados, número de funcionários, produção e produtividade e manejo)

2.5. Concepção do projeto com alternativas tecnológicas e locacionais, com justificativa da alternativa escolhida;

2.6. Caracterizar a área do empreendimento quanto ao relevo, hidrografia, dados climáticos, flora, fauna e sócio econômico;



- 2.7. Levantamento pedológico da área do confinamento e das unidades dos sistemas de tratamento quanto ao tipo de solo, profundidade, estrutura, textura, fertilidade, permeabilidade e taxa de infiltração;
- 2.8. Laudo técnico de sondagem na área do empreendimento para definição do nível do lençol freático;
- 2.9. Apresentar laudo técnico das análises físicoquímico e bacteriológica da água (pH, OD, DBO, DQO, OG, sólido, coliformes fecais e totais) dos corpos hídricos superficiais e subsuperficiais, com ART do responsável técnico;
- 2.10. Breve descrição dos impactos ambientais e socioeconômicos que poderão ocorrer durante a implantação e operação do empreendimento (alteração da qualidade da água, contaminação do lençol freático, escoamento superficial de dejetos, processo erosivo, presença de vetores, desvalorização imobiliária, intensificação de tráfego de veículos);
- 2.11. Descrição das principais medidas mitigadoras e compensatórias dos prováveis impactos ambientais e socioeconômicos.
- 2.1. Mapa planialtimétrico da área do empreendimento (escala: 1:2.000 ou maior com diferença de cota: 0,50 m) contendo as unidades, sistema de tratamento, rede de drenagem de águas pluviais e ponto de captação de água de poço tubular;
- 2.2. Projeto de engenharia das unidades administrativas e produtivas acompanhadas dos sistemas de tratamento de efluentes líquidos e resíduos sólidos orgânicos, contendo plantas, cortes e detalhes acompanhados de memorial descritivo e de cálculo, com cronograma físico de execução;
- 2.3. Descrição do volume diário e anual de efluentes líquidos e resíduos sólidos orgânicos gerados na atividade de confinamento bovino;
- 2.4. Análise laboratorial das amostras, ou dados de referência, de efluentes líquidos coletados na entrada e saída da ETEs e de resíduos sólidos orgânicos gerados pelo empreendimento considerando os seguintes parâmetros: Nitrogênio Amoniacal (NH₄), Nitrogênio Kjeldahl Total (NKT), Fósforo, Potássio, Cálcio, Magnésio, Sódio, pH, Carbono Total e Relação Carbono/Nitrogênio (C/N) e, ainda, para efluentes líquidos, sólidos totais;
- 2.5. Laudos técnicos ou dados de referência sobre a eficiência prevista nos projetos de tratamento dos efluentes líquidos e resíduos sólidos orgânicos;
- 2.6. Projeto de fertilização e/ou fertirrigação conforme roteiro TR n ° 05/SUMIS/SEMA/MT.
- 2.7. Descrição dos impactos ambientais e socioeconômicos que poderão ocorrer durante a implantação e operação do empreendimento (alteração da qualidade da água, contaminação do



lençol freático, escoamento superficial de dejetos, processo erosivo, presença de vetores, poluição atmosférica, desvalorização imobiliária, intensificação de tráfego de veículos);

2.8. Descrição das principais medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais e socioeconômicos.

2.9. Plano de Controle Ambiental (PCA) do empreendimento, contendo as medidas mitigadoras e compensatórias;

2.10. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de acordo com a Lei Estadual nº. 7.862/2002.

2.11. Plano de monitoramento do perfil do solo da área do confinamento e das águas superficiais e subsuperficial da área do empreendimento.

2.1. Relatório técnico das obras de engenharia executadas acompanhado de documentação fotográfica;

2.2. Relatório técnico das medidas mitigadoras propostas para a fase de implantação do projeto.

3. OBSERVAÇÕES:

3.1 Outros documentos que se fizerem necessários: este departamento se resguarda no direito de solicitar documentos adicionais que forem necessários à compreensão dos projetos e informações prestadas no processo, quando for o caso;

3.2 Os documentos deverão estar na mesma sequência deste roteiro;

3.3 Os documentos deverão estar perfurados (2 furos), unidos por Grampo Plástico (Ex. Dello Fix). Obs. Não encadernar.

3.4 Tanto requerente, quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no Artigo 69-A da Lei Federal nº 9.605/1998;

3.5 Arquivo digital (gravado em CD) contendo as mesmas informações do processo físico.

3.6 No relatório fotográfico deve conter coordenadas geográficas, data e dimensões (5 x 6,67 cm), com as devidas legendas.